



FECAM e MPSC realizam encontros regionais para aproximar prefeitos e promotores

Para estreitar as relações e a comunicação entre o Poder Público Municipal e o Ministério Público, a FECAM, as Associações de Municípios e o MPSC realizam uma série de sete Encontros Regionais em diversas regiões do estado. **PÁGINA 5**



MPSC diz que é parceiro e anuncia apoio aos municípios

O procurador geral de Justiça do Ministério Público, Lio Marcos Marin, anunciou o apoio da instituição às reivindicações dos municípios durante o protesto dos prefeitos, no dia 11 de abril. "O MP é sensível, é parceiro, é solidário na luta e na marcha dos prefeitos. Temos plena consciência das dificuldades, sabemos da injusta posição que estão os municípios na partilha das receitas do país". O chefe do MP elogiou a iniciativa do movimento.

PÁGINAS 3 E 4

FECAM

CONGRESSO DE MUNICÍPIOS

Mais de 1.400 pessoas participaram do Congresso Catarinense de Municípios sobre Gestão Municipal e Desenvolvimento Regional, em fevereiro.

PÁGINA 9

CIGA

RECONHECIMENTO

Consórcio CIGA começa a disponibilizar as ferramentas desenvolvidas em Santa Catarina para municípios de outros estados brasileiros

PÁGINA 6

ARIS

ASSEMBLEIA

ARIS apresentou as atividades da entidade no primeiro trimestre no ano durante Assembleia Geral Ordinária.

PÁGINA 6

EGEM

EVENTOS ESTADUAIS

A EGEM prepara a realização de dois eventos estaduais - um na área de finanças e outro na área social, em Chapecó.

PÁGINA 7

Foto Carlos Pereira



Expediente

Supervisão: Celso Vedana
Alexandre Alves

Edição: Leticia Póvoas
Sandra Domit

Editoração: Victor Gote

Distribuição gratuita e dirigida



Federação Catarinense de
Municípios - FECAM

Rua Santos Saraiva, nº 1.546
Estreito - Florianópolis - SC

Cep 88070-101

Fone / Fax: (48) 3221 8800

imprensa@fecam.org.br

www.fecam.org.br

Entidades Coligadas



www.egem.org.br



www.aris.sc.gov.br



www.ciga.sc.gov.br

■ **A URGENTE REVISÃO DO MODELO FEDERATIVO**

Institucionalmente o Município é o ente intermediário entre o cidadão e o Estado e também entre a União. É quem representa os anseios de uma população nas suas demandas, porque a vida das pessoas se passa no Município, onde realmente tudo acontece. O crescimento e o progresso ocorrem, de fato, nas instâncias mais próximas do cidadão. É nessa perspectiva que o Movimento Municipalista luta pelo fortalecimento dos Municípios, por sua maior independência e autonomia.

A Constituição de 1988 absorveu a reivindicação do Movimento Municipalista e reconheceu o Município como Ente da Federação. Apesar de alguns avanços na repartição das receitas arrecadadas, a Carta Magna manteve o centralismo de poder e da política fiscal nos outros dois Entes - Estado e União. Da mesma forma, também foi inserida uma clara imposição na municipalização das políticas públicas com a descentralização dos serviços de atendimento à população, porém esta medida gerou a necessidade de ampliação da estrutura física e de recursos humanos, onerando os cofres municipais.

Qualquer que seja o assunto a ser debatido, o discurso sempre toma a mesma direção: a urgência pela revisão do sistema federativo. Esse modelo perverso, que pune os Municípios, foi tema de debate do XII Congresso Catarinense de Municípios e da II Mobilização Estadual de Prefeitos, no Espaço Fala Prefeito, assim como, está na pauta de discussões e encaminhamentos do Movimento Municipalista Catarinense. Representantes governamentais, dos Poderes e de Entidades de representação são convidados a posicionarem-se sobre as manifestações dos prefeitos e sobre as propostas municipalistas.

Queremos revigorar e fortalecer o papel do Município no debate político do Estado e do país. A sociedade precisa saber que os Municípios vão além do que lhes compete na execução das políticas públicas. Na Carta Municipalista Catarinense, os prefeitos liderados pela FECAM, têm a coragem de propor mudanças e querem elevar a partilha dos Municípios para 30%, dos Estados 25% e a União fica com 45%.

É hora de decidir os rumos dos Municípios. Conclamamos todos os prefeitos na mobilização de lideranças locais e regionais para debater e propor mudanças que fortaleçam os municípios e atendam aos interesses da sociedade brasileira.

Hugo Lembeck
Prefeito de Taió
Presidente da FECAM

■ **CONSELHO POLÍTICO DA FECAM**

Conselho Executivo

Presidente	Hugo Lembeck - Prefeito de Taió (AMAVI)
1º Vice-presidente	José Claudio Caramori - Prefeito de Chapecó (AMOSOC)
2º Vice-presidente	José Castelo Deschamps - Prefeito de Biguaçu (GRANFPOLIS)
3º Vice-presidente	Leonel José Martins - Prefeito de Balneário Piçarras (AMFRI)
1ª Secretária	Luiz Carlos Xavier - Prefeito de Otacílio Costa (AMURES)
2ª Secretária	Paulo Roberto Weiss - Prefeito de Rodeio (AMMVI)

Conselho Fiscal Titulares

AMERIOS	Rosimar Maldaner - Prefeita de Maravilha
AMURC	Sisi Blind - Prefeita de São Cristóvão do Sul
AMNOROESTE	Eli Mariott - Prefeito de Novo Horizonte
AMUNESC	José Chaves - Prefeito de Garuva
AMVALI	Claudemir Matias Francisco - Prefeito de Barra Velha
AMREC	Hélio Roberto Cesa - Prefeito de Siderópolis
AMARP	Euzébio Calisto Vieceli - Prefeito de Pinheiro Preto
AMUREL	Ademir da Silva Matos - Prefeito de Braço do Norte

Conselho Fiscal Suplentes

AMMOC	Nelson Guindani - Prefeito de Erval d'Oeste
AMAUC	Cátia Tessmann Reichert - Prefeita de Alto Bela Vista
AMPLANORTE	Luiz Alberto Rincoski Faria - Prefeita de Canoinhas
AMESC	Aldoir Cadorin - Prefeito de Ermo
AMPLASC	Marcos Nei Correia de Siqueira - Prefeito de Monte Carlo
AMEOSC	Ilton Pedro Vogt - Prefeito de Iporã do Oeste
AMAI	Denilso Casal - Prefeito de Ipuatú

Conselho Deliberativo Presidentes das Associações de Municípios

Presidente AMAI	Amarildo Paglia - Vargeão
Presidente AMARP	Ludovino Labas - Lebon Régis
Presidente AMAUC	Claudirlei Dorini - Piratuba
Presidente AMAVI	José Constante - Agrolândia
Presidente AMEOSC	Sérgio Luis Theisen - São João do Oeste
Presidente AMERIOS	Manfried Rutzen - Riqueza
Presidente AMESC	Evandro Scaini - Balneário Arroio do Silva
Presidente AMFRI	Ana Paula da Silva - Bombinhas
Presidente AMMOC	Gisa Aparecida Giacomini - Catanduvas
Presidente AMMVI	Sérgio Almir dos Santos - Indaial
Presidente AMNOROESTE	Geraldino Cardoso - São Lourenço do Oeste
Presidente AMOSC	Mauri José Zucco - Coronel Freitas
Presidente AMPLANORTE	Aldomir Roskamp - Monte Castelo
Presidente AMPLASC	Marcos Nei Corrêa - Monte Carlo
Presidente AMREC	Fabrcio Kusmin Alves - Lauro Muller
Presidente AMUNESC	Luiz Roberto de Oliveira - São Francisco do Sul
Presidente AMURC	Sisi Blind - São Cristóvão do Sul
Presidente AMUREL	Moacir Rabelo da Silva - Capivari de Baixo
Presidente AMURES	Edelvânio Nunes Topanoti - Bom Jardim da Serra
Presidente AMVALI	Lauro Fröhlich - Guaramirim
Presidente GRANFPOLIS	Evandro João dos Santos - Paulo Lopes

FECAM apresenta os motivos das dificuldades enfrentadas pelos municípios e as reivindicações para solucioná-las



>> Durante coletiva de imprensa, Lembeck alertou que os municípios estão à beira da falência

Na voz do presidente Hugo Lembeck, os municípios catarinenses mostraram os motivos que estão levando este ente federativo à insolvência financeira durante coletiva concedida à imprensa pela manifestação organizada pela FECAM e pelas Associações de Municípios de Santa Catarina.

O ato ocorreu na manhã do dia 11 de abril, na Alesc e reuniu 80 participantes, entre prefeitos, vice-prefeitos, secretários e dirigentes municipais.

Também presentes o coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, deputado federal Esperidião Amin; o secretário adjunto da Casa Civil, Jose Ari Vequi, representando o governador Raimundo Colombo; o deputado estadual Marcos Vieira, representando o Legislativo Estadual; o procurador geral de Justiça do Ministério Público Estadual, Lio Marcos Marin; o técnico Eduardo Stranz, representando a CNM, além de representantes das entidades empresariais, FIESC, FECOMERCIO e FACISC.

Na ocasião, o Movimento Municipalista clamou pelo aumento das transferências constitucionais e pelo fim da aprovação de leis atribuídas aos municípios sem a devida indicação da fonte de financiamento. "Cada dia aumenta a responsabilidade, é um programa novo, sem contrapartida financeira para fazer frente a essas despesas que aparecem. Temos que nos organizar, a FECAM tem esse papel importante, mobilizando os prefeitos junto com a CNM para buscar a sensibilidade do governo federal e estadual, dos deputados, para que possam sentar à mesa e discutir quando criar leis que venham atingir diretamente as finanças dos municípios", explicou o presidente.

Motivos da Crise

- Deterioração do FPM - Em 1989 o recurso do Fundo de Participação dos municípios representava 15% do total da receita administrada pela União. Em 2012, esse percentual foi para 10% do total administrado. O que mostra que o recurso do Fundo vem diminuindo em relação a receita total arrecadada pelo governo federal.

- Desoneração do IPI e do Cide - O impacto sobre o FPM pela desoneração do IPI (imposto que compõe o FPM) foi de R\$ 368,73 milhões para os municípios catarinenses, entre 2009 e 2013. Referente ao Cide (que zerou a alíquota em 2013), os municípios perderam mais R\$ 55,87 milhões no período.

- Restos a pagar - Em 2013, os municípios tinham R\$ 956,702 milhões em Restos a Pagar inscritos e vigentes. Projetos entregues e analisados pelo governo federal, mas que não tiveram os recursos liberados.

- Financiamento da Saúde - Os municípios devem investir 15% de suas receitas em educação e os Estados 12%, enquanto a União aplica o crescimento nominal do PIB de dois anos anteriores - o que vem representando cerca de 5%. No entanto, a média dos investimentos em saúde dos municípios catarinenses foi de 20,68%.

- Programas federais e estaduais que não são atualizados e recaem sobre os municípios. Exemplo é o Programa Saúde da Família, onde os municípios têm arcado com 66% dos custos para o módulo 1 e 77% para o módulo 2. Além disso, Câmara e Senado têm legislado criando despesas para os cofres municipais sem identificar novas fontes de recursos. Como a Lei que instituiu o Piso Nacional do Magistério que gerou um impacto de R\$ 212,6 milhões aos municípios catarinenses no ano de 2012.

Reivindicações

- Aumento de 2 (p.p) do FPM, que passe de 23,5% do que é arrecadado sobre o IPI e o IR para 25,5%. O que significaria um aporte de R\$ 288,912 milhões por ano para Santa Catarina.

- Participação, em até três anos, dos municípios em 10% sobre contribuições não partilhadas (IOF, CSLL e COFINS), seguindo as mesmas regras das transferências previstas para o FPM com aplicação gradativa de 2% ao ano até chegar ao total de 10%. O que representa um aporte contínuo de R\$ 1,33 bilhão ao ano para os municípios de Santa Catarina ao final de cinco anos.

- Reequilíbrio do Pacto Federativo em até 10 anos. Alteração do dispositivo da Constituição de 1988, unificando as propostas de emendas constitucionais a respeito das receitas tributárias, aprovando uma reforma constitucional que reequilibre o pacto federativo, assegurando 45% das receitas tributárias à União, 25% aos Estados e 30% aos Municípios.

- Reformulação da Lei Complementar 116/2003 incluindo novas atividades à lei atual, alterando as operações de leasing e operações de cartão de crédito e débito.

- Desonerações do IPI apenas da parcela da União.

- Encontro de contas das dívidas previdenciárias.

- Apreciação pelo STF da Lei 12.734/2012, que redistribui os royalties do petróleo e do gás. De 1º de janeiro de 2013 até 11 de abril de 2014, mais de R\$ 42 milhões deixaram de entrar na conta dos municípios catarinenses.

- Fim da aprovação de atribuições aos municípios sem a devida indicação da fonte de financiamento.

Prefeitos desabafam durante protesto

Na manifestação realizada pela FECAM e Associações de Municípios de Santa Catarina, os prefeitos falaram das dificuldades que estão enfrentando nos municípios. O 2º vice-presidente da FECAM e prefeito de Biguaçu, José Castelo Deschamps, destacou que os municípios não têm poder de investimento, uma vez que os gastos estão maiores que as receitas. Como adesão ao protesto nacional, ele fechou as portas da prefeitura. Ressaltou que projetos estão sendo votados em Brasília e que vão onerar, ainda mais, os cofres municipais. Citou como exemplo o projeto que reduz a carga horária de algumas categorias de trabalhadores, sendo que para suprir essas horas a mais haverá necessidade de contratar mais funcionários.

“A população tem que saber da dificuldade que os municípios estão passando”, disse o prefeito de Urupema, Amarildo Luiz Gaio, que decretou ponto facultativo na prefeitura. O prefeito de



>> Prefeitos se manifestaram apresentando as dificuldades enfrentadas pelos municípios

Indaial e presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, Sergio Almir dos Santos, disse que é preciso pressionar o Congresso para que os parlamentares deixem de aprovar leis que estão prejudicando e impactando de forma negativa nos cofres municipais.

O prefeito de Forquilha e

presidente da Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM, Vanderlei Alexandre, disse que é preciso informar melhor a população e esclarecer sobre as dificuldades dos municípios e as perdas financeiras que estão ocorrendo. Ele representou os prefeitos da Associação dos Municípios da Região Carbonífera - AMREC.

Representantes de instituições participaram do protesto

A FECAM, em parceria com as Associações de Municípios, convidou representantes dos governos federal e estadual e de instituições, deputados federais, estaduais para participar da manifestação dos prefeitos no Plenarinho da Alesc. O deputado federal Esperidão Amin, representou o Fórum Parlamentar Catarinense. “Todos os parlamentares que integram o Fórum tem compromisso com o municipalismo e, principalmente, o municipalismo catarinense”, disse Amin, que é coordenador do Fórum. Destacou que atualmente cerca de 70% dos municípios brasileiros estão sem condições orçamentárias de manterem os programas e serviços disponibilizados à população. Conforme ele, a situação vem se agravando a cada ano devido à transferência de encargos promovida pela União.

Outro problema, disse, é a política de desoneração fiscal adotada pelos últimos governos visando reaquecer a economia do país e que afetou severamente as fontes de receita de estados e municípios. “Para cada R\$ 1 real cedido, R\$ 0,55 não eram do montante que cabe à União, mas sim dos municípios e estados mais pobres.”

O secretário adjunto da Casa Civil, José Ari Vechi, representou o governador



>> Presidente da FACISC ressaltou a importância do associativismo para atingir os objetivos

Raimundo Colombo. “O governador não pode estar presente, mas pediu para representá-lo e trazer o apoio do governo do Estado ao movimento e aos prefeitos, sabendo das dificuldades que as prefeituras estão passando”.

Disse ainda que o governador está atento as reivindicações e que a causa dos prefeitos é a causa dos catarinenses.

O presidente da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina - FACISC, Ernesto João Reck, ressaltou que a entidade engloba 145 associações empresariais no estado e que é preciso unir

forças para fortalecer os municípios. “Somos associativistas e temos a convicção que temos que trabalhar juntos para ter uma sociedade melhor. Estamos sendo parceiros da FECAM e apoiamos o movimento”, disse. “Os recursos têm que vir para os municípios, pois é onde moramos. Sou municipalista por convicção e apoio integralmente todas as reivindicações. É preciso pressionar os deputados federais e senadores a fazer essa grande mudança, mudar esse modelo federativo que hoje esta aí e prejudica os municípios”, disse o deputado estadual Marcos Vieira.

Encontro aproxima prefeitos e promotores das Comarcas

A FECAM e o Ministério Público Estadual iniciaram uma série de sete Encontros Regionais, que visam aproximar e estreitar o relacionamento entre os prefeitos e promotores de Justiça das Comarcas. O primeiro deles foi realizado no dia 24 de abril, na sede do MPSC, em Florianópolis, para os prefeitos dos 22 municípios que compõem a Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis – GRANFPOLIS.

Na abertura do evento, o procurador geral de Justiça, Lio Marcos Marin, salientou a importância do diálogo entre o MP e os órgãos municipais para dar um retorno mais rápido às demandas da sociedade. O presidente da FECAM, Hugo Lembeck, enalteceu a oportunidade de diálogo criada. “Esse momento de aproximação, inédito na história da instituição e dos órgãos municipais, é uma grande oportunidade de sentarmos na mesma mesa para conversar, e avançarmos nas questões que interessam a nós e à população”, frisou.

“É importante o diálogo, o trabalho de prevenção para que o prefeito possa apresentar as dificuldades que está enfrentando”, disse o presidente da GRANFPOLIS e prefeito de Paulo Lopes, Evandro João dos Santos. Para o coordenador-geral dos Centros de Apoio Operacional do MPSC, procurador de Justiça José Galvani Alberton, “queiramos ou não estamos inapelavelmente entrelaçados, comprometidos com o mesmo propósito erguido pela Constituição da República Federativa do Brasil, que é construir uma sociedade livre, justa e solidária”.

Pesquisa FECAM

O presidente da FECAM apresentou,



>> Hugo Lembeck enalteceu a oportunidade de diálogo criada

durante o encontro, a pesquisa feita pela entidade sobre o relacionamento institucional entre o Ministério Público e os municípios, realizada com 125 prefeituras de Santa Catarina entre os meses de setembro e dezembro de 2013. O intuito foi elaborar um diagnóstico sobre a atuação dos promotores de Justiça em suas comarcas e as dificuldades enfrentadas pela administração municipal no cumprimento de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) e no atendimento a pedidos de informações e recomendações.

Pelo diagnóstico, a maior dificuldade dos prefeitos em relação aos TACs é a falta de documentação e de controle, especialmente quando os TACs são assinados por uma administração e passados para outra. A falta de técnicos para responder às indagações do Ministério Público dentro do prazo também foi uma das queixas dos prefeitos.

Entendimento

Diante das ponderações, chegou-se ao entendimento de que na Grande

Florianópolis os TACs poderão ser ajustados após um diálogo prévio entre promotores de Justiça e prefeitos. “A solução visa contribuir para a resolução de problemas, observando também as possibilidades dos municípios”, disse Alberton.

Próximos encontros:

- 22.05** Lages: AMURES, AMURC e AMPLANORTE
- 27.05** Blumenau: AMFRI, AMAVI e AMMVI
- 29.05** Joinville: AMUNESC e AMVALI
- 05.06** Chapecó: AMOSC, AMEOSC, AMERIOS, AMNOROESTE e AMAI
- 06.06** Joaçaba: AMMOC, AMARP, AMPLASC e AMAUC
- 11.06** Criciúma: AMREC, AMESC e AMUREL.

■ Prefeitos avaliam encontro

“Vamos crescer muito com esses encontros. É um evento de entrosamento. Quem sai ganhando com isso é a população. Ela fica com o prêmio”, 2º vice-presidente da FECAM e prefeito de Biguaçu, José Castelo Deschamps.

“É importante que o MP entenda as demandas e dificuldades dos municípios e que nós prefeitos também precisamos compreender o trabalho dos promotores em nossas Comarcas”, prefeita de Leoberto Leal, Tatiane Dutra Alves da Cunha.

“É preciso acontecer menos cobrança e mais diálogo. Muitas vezes o prefeito realiza atos

com objetivo de auxiliar a comunidade e que são interpretadas de maneira equivocada pelo MP”, prefeito de São Bonifácio, Laurino Peters.

“Muito importante essa interação do Executivo Municipal com o MP para que os promotores entendam as angústias dos prefeitos e para os prefeitos entenderem os deveres dos promotores. Cada um se colocar no lugar do outro”, prefeito de Anitápolis, Marco Antônio Medeiros Junior.

“Desmistificou a figura do MP. É uma aproximação muito importante que vai levar muita coisa boa para os munícipes”, prefeito de Antônio Carlos, Antonio Paulo Remor.

“Saio do encontro com a convicção de que iniciativas como essas devem acontecer com mais periodicidade para estreitar as relações”, Vice-prefeito de Florianópolis, João Amin.

“Foi um momento muito importante de integração. São duas instituições que tem o objetivo comum de resolver os problemas da comunidade”, prefeita de São José, Adeliana Dal Pont

“Esse encontro avalio como um grande ganho para os municípios e para os cidadãos”, presidente da Câmara de Vereadores de Paulo Lopes, João dos Passos Custódia.

As inscrições estão abertas no site da Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM (www.egem.org.br), que realiza o evento.

Tecnologia catarinense começa a ser disponibilizada a municípios de todo país

O aplicativo do Simples Nacional do Programa de Gestão Tributária desenvolvido pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA ultrapassou as fronteiras de Santa Catarina e desde março está sendo utilizado pela 3ª maior metrópole do país em número de habitantes, o município de Recife. O contrato, que garante o acesso ao Sistema do Simples Nacional, foi fechado no último mês, e foi uma indicação do estado de Pernambuco.

A possibilidade de compartilhar conhecimentos adquiridos pelos municípios de Santa Catarina com outros municípios do país, a partir do CIGA, começou a tomar forma em agosto de 2013, durante o Seminário Nacional do Simples Nacional. "Na oportunidade, nós apresentamos a ferramenta, que foi concebida a partir de uma experiência bem-sucedida do município de Fraiburgo", explica o presidente da entidade e prefeito de Herval d'Oeste,

Nelson Guindani. Neste programa, o CIGA recebe o retorno da Receita Federal do Brasil quanto aos tributos pagos e apresenta para os municípios de forma individualizada. "A Receita Federal envia tabelas do Brasil inteiro, que chegam a ter 400 milhões de linhas. O CIGA hoje processa dados de sete milhões de empresas e separa por município com consultas que não demoram mais de sete segundos", exemplifica o diretor-geral do CIGA, Gilsoni Albino.

"A experiência com o sistema está sendo muito boa, a resposta é muito rápida. Se fossemos fazer uma comparação antes nós estávamos andando de Fusca e agora pegamos uma Ferrari", comenta o chefe da divisão de Projetos Especiais da Unidade de Fiscalização Tributária da prefeitura de Recife, Jorge Oliveira. "Antes nós precisamos pesquisar todos os CNPJ individualmente, hoje o sistema separa aqueles que fazem parte do nosso municípios. A dinâmica

passou a ser outra.", explica Oliveira.

Segundo o diretor Gilsoni Albino, logo após a apresentação no Seminário Nacional, municípios e estados de várias partes do país buscaram saber como funcionava o sistema, entre eles Pernambuco. Foi a partir daí que a possibilidade de transferir a experiência catarinense para outras partes do Brasil surgiu. Como um consórcio composto por mais de 200 municípios, a disponibilização dos produtos por Assembleia Geral em fevereiro deste ano. "O Recife então foi o primeiro município de fora do estado a contratar nossos serviços, mas já estamos recebendo consultas de outras localidades", conta o diretor.

Apesar de utilizarem os sistemas, os municípios fora de Santa Catarina não se consorciaram ao CIGA, mas utilizam os programas e soluções catarinenses como tomadores de serviço.

Benefícios para os municípios catarinenses

Além de trocar conhecimentos que permitam um crescimento no setor tecnológico das administrações públicas municipais de todo o país, a parceria com

municípios de fora do estado também permite que a disponibilização de soluções dentro da área de tecnologia da informação fornecidas pelo CIGA não aumentem de preço, uma vez

que os valores dos produtos são rateados pelos usuários, e ainda permite maior capacidade de investimentos do consórcio em novas ferramentas e nas já existentes.

Simples Nacional

É o regime jurídico-tributário unificado destinado às microempresas - nestas incluídos os microempreendedores individuais - e às empresas de pequeno porte. Foi instituído pela Lei Complementar n.123 de 14 de dezembro de 2006 atendendo

a Emenda Constitucional n. 42 de 19 de dezembro de 2003.

Empresas com faturamento até R\$ 3,6 milhões ao ano podem optar por este regime. Com ele, empresas recolhem até sete impostos em um único boleto, entre

eles o ISS, que é um imposto municipal.

Com o aplicativo do Simples Nacional do CIGA, os dados das empresas vêm organizados e tabulados por município, facilitando a análise e fiscalização e, conseqüentemente, as receitas municipais.

ARIS realiza Assembleia Geral Ordinária

A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS realizou Assembleia Geral Ordinária no dia 23 de abril, em Florianópolis. Coordenada pelo presidente da entidade e prefeito de Corupá, Luiz Carlos Tamanini e pelo diretor-geral, Adir Faccio, a assembleia foi acompanhada pelos representantes e prefeitos dos municípios consorciados e autoridades convidadas.

Na ocasião, foram apresentadas as atividades realizadas pela Agência no primeiro trimestre deste ano, num total de 55 processos administrativos analisados, 94 pareceres técnicos emitidos, 17 processos

punitivos instaurados 34 Termos de Notificação emitidos e 10 resumos técnicos dos Planos de Saneamento Básico foram encaminhados à ARIS. A Agência ainda está realizando estudos às normas de regulação de resíduos, de revisão tarifária específica dos SAMAEs, Plano de Contas Regulatório e Levantamento de Ativos.

A ARIS confirmou ainda durante a Assembleia o seu crescimento, alcançando um total de 168 municípios consorciados - com a homologação de ingresso, no mesmo dia, dos municípios de Bandeirante, Correia Pinto, Treze Tílias e Penha.



>> Diretor Adir Faccio durante Assembleia

Chapecó sedia eventos da FECAM na área de Finanças e na área de Assistência Social

Chapecó receberá dois eventos estaduais promovidos pela FECAM no mês de maio: o 10º Congresso Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores Públicos

e Controladores Internos Municipais e o V Seminário Estadual de Gestores e Trabalhadores da Política de Assistência Social. Os eventos ocorrem entre os dias 14 e

16 de maio, no Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo de Nes, e esperam cerca de 1200 servidores municipais das áreas de finanças e assistência social.

■ Congresso Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais



10º Congresso Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais

- AMOSC, Colegiado de Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais de Santa Catarina, Conselho de Órgãos Fazendários Municipais de Santa Catarina - CONFAZ-M/SC, Fórum Cultural e Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina - CRCSC.

Entre os palestrantes está o secretário de Estado da Fazenda, Antônio Marcos Gavazzoni com a palestra sobre "Metas de arrecadação do Estado de Santa Catarina e as Perspectivas dos Municípios Catarinenses" durante o Painel 1 que vai tratar da "Tributação e Arrecadação Municipal".

Para o secretário, o combate à sonegação é uma ferramenta importante

para impulsionar a arrecadação. Segundo ele, "os resultados fiscais de 2013 mostraram isso. Realizamos 70 operações de fiscalização e tivemos um incremento de 10,5% na arrecadação própria num cenário de crise econômica nacional", disse.

Ele frisa ainda que municípios e estados enfrentam problemas semelhantes para administrar. "A despesa corrente é permanente e, pior, crescente. No entanto, a arrecadação é cíclica. Isso causa um transtorno para o administrador público e a única forma de atingirmos a regularidade fiscal é melhorando a gestão pública. Por isso, o caminho é buscar a profissionalização", finalizou.

Destinado a secretários municipais de Administração e Finanças, contadores públicos, controladores internos, técnicos e assessores das áreas afins dos 295 municípios do estado de Santa Catarina, o Congresso tem por objetivo debater assuntos relevantes e atuais da área de Finanças.

Conta com o apoio da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina

■ V Seminário Estadual de Gestores e Trabalhadores da Política de Assistência Social



V Seminário Estadual de Gestores e Trabalhadores da Política de Assistência Social

Promovido pela Federação Catarinense de Municípios - FECAM e pelas Associações de Municípios, com o apoio do Colegiado Estadual dos Assistentes Sociais das Associações de Municípios, do Conselho Estadual de Assistência Social e do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social. O Seminário tem o objetivo de repassar conhecimentos e informações a respeito

das significativas mudanças na Política de Assistência Social a partir de 2004.

O seminário se propõe a aproximar os conhecimentos técnicos e legais da política, dando ênfase a gestão do SUAS e ao financiamento da política de Assistência Social. "O avanço na Política de Assistência Social, nestes últimos anos, exige superar práticas assistencialista e paternalista, não é possível mais a improvisação nas políticas públicas, em especial na Assistência Social", reforça a assistente social da FECAM, Janice Merigo.

O foco do trabalho deixou de ser o atendimento dos benefícios eventuais, a

entrega de um bem material. Hoje é uma política pública, garantida em Lei, que oferta serviços, ou seja, atendimento por equipe - assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, advogados - que desenvolvem trabalho social com as famílias, prevenindo situações de violação de direitos e rompimento de vínculo familiar. Esse é o desafio aos secretários: romper com o assistencialismo e inovar na oferta de serviços.

A ex-ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes, e a docente e doutora Berenice Rojas Couto são algumas das palestrantes confirmadas de renome nacional.



Informações sobre estes e outros cursos da EGEM estão disponíveis em www.egem.org.br

Gestores Municipais reivindicam a implementação do Sistema Estadual de Cultura

O IV Fórum Catarinense de Gestores Municipais de Cultura, realizado nos dias 24 e 25 de março, em São Francisco do Sul, reuniu 191 participantes, de 128 municípios de Santa Catarina, tornando-se um sucesso de público. A programação contou com a troca de experiências de ações voltadas à cultura, palestras e debates.

No encerramento, os participantes aprovaram a Carta de São Francisco do Sul, que reivindica, entre seus principais pontos, o alinhamento do estado de Santa Catarina ao Sistema Nacional de Cultura - SNC em todas as suas instâncias, implementando o Sistema Estadual de Cultura, permitindo assim que os municípios catarinenses que já possuem seus Sistemas Municipais de Cultura organizados possam receber os benefícios de gestão e de financiamento à Cultura. Os repasses oriundos do Fundo Nacional de Cultura iniciaram em 2014, mas apenas para os estados que possuem lei do Sistema Estadual de Cultura, o que não é o caso de Santa Catarina.

Conforme o secretário de Articulação Institucional do Ministério da



>> Encontro ocorreu em São Francisco do Sul

Cultura, Bernardo Novais da Mata Machado, apesar de o estado de Santa Catarina ter assinado a adesão ao SNC, ainda não realizou a implementação do Sistema Estadual de Cultura, que se dá por meio de aprovação de leis próprias e da criação da estrutura institucional, conforme previsto no Artigo 216-A, da Constituição Brasileira. Dos 295 municípios catarinenses, 154 já assinaram o termo de adesão ao SNC. Para a União, os gestores municipais

de Cultura reivindicam, na Carta, que os municípios que já tem adesão ao SNC possam receber auxílio em gestão e recursos, mesmo que o estado não esteja alinhado ao sistema ainda.

No dia 24 de março, o Ministério da Cultura publicou edital no Diário Oficial da União, que visa fortalecer o SNC e prevê a destinação de R\$ 30 milhões para os estados que já implementaram seus sistemas.

▪ Abertura Oficial



>> 3º vice-presidente da FECAM, Leonel Martins, falou na solenidade de abertura

“O fórum é uma forma de chamar a atenção das autoridades federais e estaduais sobre a importância da cultura no contexto do estado. Ela resgata, em todas as suas ações, uma gama de toda uma história da população”, disse o 3º vice-presidente da FECAM e prefeito de Balneário Piçarras, Leonel Martins, na abertura do evento. Já o diretor da Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul, Daia Carvalho, disse que foi registrado recorde de público. “Isso demonstra a necessidade dos municípios em trabalhar de forma coletiva para materializar o que discutimos no fórum. Esse

é um objetivo da FECAM e do prefeito Luiz Zera que está à frente da AMUNESC”.

“Esse auditório cheio é sinal de que a Cultura está sendo percebida como uma política pública prioritária. Importante não só para o desenvolvimento econômico, como também para promoção social das pessoas”, disse o secretário de Articulação Institucional do Ministério da Cultura, Bernardo Novais da Mata Machado. Para a presidente do Conselho dos Gestores Municipais de Cultura - CONGESC, Roselane Vinhas, a diretriz na gestão do desenvolvimento cultural dos municípios é,

principalmente, chegar a cada município e ajudar na implantação das políticas culturais. “Ir além da reflexão chegar à ação desse gestor”, enfatizou.

Para o prefeito de São Francisco do Sul, Luiz Roberto de Oliveira, é muito importante não só o fortalecimento de cada cidade individualmente no que tange a cultura, mas também a troca de ideias a nível de estado. “Acredito que, ao final do fórum, com a emissão da Carta de São Francisco, teremos mais fortalecimento no sentido cultural da preservação do estado”, ressaltou o prefeito do município anfitrião do evento.

XII Congresso Catarinense de Municípios debateu a Gestão Municipal e o Desenvolvimento Regional

“Tivemos assuntos importantes debatidos, discutidos e levantados. É nossa obrigação agora dar continuidade a esse trabalho, de fazer ecoar a voz dos municípios em Santa Catarina e em Brasília. A maior obra da FECAM não é física, mas sim de organização, mobilização e é isso que nós gestores precisamos, ter mais condições para fazer acontecer”. Com essa afirmação o presidente da FECAM, Hugo Lembeck (Gestão 2014), recém-eleito e empossado, encerrou o XII Congresso Catarinense de Municípios, realizado no CentroSul, em Florianópolis, nos dias 11, 12 e 13 de fevereiro. Durante os três dias, o evento reuniu 719 Congressistas, 163 prefeitos, 41 vice-prefeitos, 212 vereadores, 164 expositores, 152 autoridades totalizando um público de 1.451 pessoas que assistiram aos debates ou passaram pelo Congresso.

Considerado o maior evento de integração dos municípios de Santa Catarina, promovido pela FECAM e Associações de



>> XII Congresso Catarinense de Municípios debateu a Gestão Municipal e o Desenvolvimento Regional

Municípios, a edição 2013 do Congresso de Municípios debateu temas como arrecadação municipal, práticas exitosas, consórcios públicos intermunicipais, financiamento e planejamento urbano fazem parte da programação.

O objetivo foi atualizar o conhecimento da legislação vigente e respectivas mudanças, inclusive sobre novos modelos de gestão, analisar e discutir as ferramentas à disposição, de apoio

técnico, inovação e boas práticas; apresentando oportunidades de ações conjuntas com os governos federal, estadual e sociedade civil organizada; e trocar experiências bem sucedidas.

Paralelamente aconteceu a X ExpoFECAM, um espaço de oportunidades e negócios apresentando o que há de mais moderno em tecnologias, produtos e serviços direcionados para as administrações municipais.

■ Abertura Oficial



>> Presidente Celso Zuchi fala na abertura

Com a presença do ministro do Trabalho, Manoel Dias, do governador Raimundo Colombo, do vice-governador Eduardo Pinho Moreira, do prefeito de Florianópolis, Cesar Souza Junior, do então presidente da Assembleia Legislativa, deputado Romildo Titon, do presidente do Tribunal de Contas do Estado, Salomão Ribas Junior, do procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Estado, Lio Marcos Marin, do então presidente da FECAM, Celso Zuchi (Gestão 2013), do presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, foi realizada no final da tarde de 11 de fevereiro a solenidade de abertura.

■ Gestão 2014/2015



Logo após a solenidade de abertura, ocorreu a eleição e posse do Conselho Executivo e Fiscal da FECAM para a Gestão 2014. O novo presidente da entidade, o prefeito de Taió, Hugo Lembeck, foi eleito por aclamação. Ele recebeu o cargo do prefeito de Gaspar, Celso Zuchi. Confira a nominata completa na pág. 02.

>> Novo Conselho Executivo

FECAM cria Prêmio Município Sustentável



>> Entrega do prêmio categoria Índice Geral Estadual

Com objetivo de buscar um maior aprimoramento e eficiência da gestão pública municipal, a FECAM, em parceria com as 21 Associações de Municípios de Santa Catarina, instituiu, em janeiro deste ano, o Prêmio Município Sustentável 2014. A entrega dos trofeus aos vencedores foi feita no XII Congresso Catarinense de Municípios, após o painel "A importância dos indicadores na formulação de políticas públicas em gestão municipal".

A premiação utilizou como parâmetro o Sistema do Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável - SIDMS, da FECAM, e tem por objetivo valorizar os municípios que possuem os melhores indicadores, incentivando a cultura do planejamento, monitoramento e da formulação de políticas públicas baseadas nas informações estruturadas que integram o sistema, sustentável municipal.

O prêmio é dividido em 4 categorias: 1. Índice Geral Estadual, 2. Evolução, 3. Políticas Públicas e 4. Categoria Regional. No total foram entregues 42 trofeus.

Concorreram os 293 municípios do Estado de Santa Catarina que possuem

dados disponíveis para apuração do IDMS 2014. Balneário Rincão e Pescaria Brava, instalados em janeiro de 2013, somente participarão do IDMS na próxima edição.

Premiação

Índice Geral Estadual

- 1º lugar: Balneário Camboriú
- 2º lugar: Itajaí
- 3º lugar: Blumenau
- 4º lugar: Itapema
- 5º lugar: Gaspar

Evolução do Índice Geral

- (2012-2014)
- 1º lugar: Sangão
 - 2º lugar: Alto Bela Vista
 - 3º lugar: Sul Brasil
 - 4º lugar: Siderópolis
 - 5º lugar: Bom Jesus do Oeste

Políticas Públicas

- Dimensão Sociocultural: Pomerode
- Dimensão Econômica: Araquari

- Dimensão Ambiental: Balneário Camboriú
- Dimensão Político-Institucional: Rio do Sul
- Educação: Pomerode
- Saúde: Nova Veneza
- Cultura: Jaraguá do Sul e Lages
- Habitação: Peritiba
- Participação Social: Braço do Norte
- Gestão Pública: Gaspar
- Finanças Públicas: Abdon Batista

Categoria Regional

- AMAI - 1º lugar - Xanxerê
- AMARP - 1º lugar - Videira
- AMAUC - 1º lugar - Seara
- AMAVI - 1º lugar - Rio do Sul
- AMEOSC - 1º lugar - Iporã do Oeste
- AMERIOS - 1º lugar - Maravilha
- AMESC - 1º lugar - Turvo
- AMFRI - 1º lugar - Balneário Camboriú
- AMMOC - 1º lugar - Joaçaba
- AMMVI - 1º lugar - Blumenau
- AMNOROESTE - 1º lugar - São Lourenço do Oeste
- AMOSC - 1º lugar - Pinhalzinho
- AMPLANORTE - 1º lugar - Mafra
- AMPLASC - 1º lugar - Campos Novos
- AMREC - 1º lugar - Orleans
- AMUNESC - 1º lugar - Joinville
- AMURC - 1º lugar - São Cristóvão do Sul
- AMUREL - 1º lugar - Braço do Norte
- AMURES - 1º lugar - Lages
- AMVALI - 1º lugar - Jaraguá do Sul
- GRANFPOLIS - 1º lugar - Biguaçu e 1º lugar Florianópolis

II Mobilização Estadual de Prefeitos

Juntamente com o XII Congresso, foi realizada a II Mobilização Estadual de Prefeitos, no CentroSul. O destaque da manifestação foi a oportunidade dos prefeitos apresentarem às autoridades presentes as dificuldades que estão enfrentando para administrar os municípios, assumindo cada vez mais demandas, sem o aporte de recursos para executarem os serviços. Na oportunidade, os presidentes das Associações de Municípios, representando todos os prefeitos de Santa Catarina, apresentaram as reivindicações contidas na Carta Catarinense Municipalista.



>> Prefeitos falaram das dificuldades

FECAM e CRC promovem palestras na área da contabilidade

Em parceria, a FECAM e o Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina - CRCSC promoveram, no dia 11 de abril, as palestras "Projeto SICONFI sob a perspectiva municipal" e "Procedimentos Contábeis Patrimoniais". Na abertura do evento, O diretor executivo da FECAM, Alexandre Alves, afirmou que a entidade está, cada vez mais, aprimorando as parcerias para oferecer informações úteis aos gestores municipais. "São muitas as mudanças na legislação da contabilidade pública e a FECAM trabalha para prestar esse conteúdo aos municípios".

A partir de 2014 os Balanços Anuais dos poderes ou órgão das unidades

federativas para a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, passam a ser remetidas via Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI e não mais pelo SISTN como era realizado até o último ano. A palestra sobre o SICONFI teve o objetivo de apresentar essa nova ferramenta aos profissionais ligados à prestação de informações contábeis e orçamentárias nos municípios. Já a palestra sobre Procedimentos Contábeis Patrimoniais abrangeu o reconhecimento e o conceito dos bens públicos, valores justos e os de mercado, a apuração do valor dos bens públicos e a depreciação, amortização e exaustão dos bens patrimoniais.



>> FECAM e CRC promovem parceria

FECAM e Associações de Municípios debatem pauta de reivindicações dos municípios

Fortalecimento das 21 Associações de Municípios de Santa Catarina, paralisação nacional nas capitais e a pauta de reivindicações que será entregue na XVII Marcha a Brasília. Estes foram os principais assuntos debatidos durante o encontro do Colegiado de Secretários Executivos das Associações de Municípios de Santa Catarina, realizado nos dias 03 e 04, no auditório da AMOSC, em Chapecó.

O presidente do Colegiado e

secretário executivo da AMARP, Odivar Clóvis Biscaro, ressaltou que as Associações de Municípios são o principal elo entre as ações do Governo Federal, Governo Estadual e os municípios, entre os órgãos de governo e as ações nos municípios, por isso têm um papel fundamental para o desenvolvimento das regiões no estado. Para o diretor de Articulação Institucional da FECAM, Celso Vedana, o encontro

possibilitou a discussão de assuntos extremamente importantes para a melhoria do andamento dos trabalhos nas Associações de Municípios. "Fora do país recebemos muitos elogios, principalmente de que temos um dos melhores modelos de associativismo, mas percebemos que ainda é preciso melhorar para atender a demanda. Esse evento foi a oportunidade para trocar essas experiências", complementou.

Com o apoio da FECAM, Jaraguá do Sul é piloto do projeto Nova Junta

Na noite do dia 31 de março, a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC assinou um termo de cooperação técnica com o município de Jaraguá do Sul, em parceria com a FECAM, para a implantação do projeto-piloto do novo sistema de abertura de empresas.

O Nova Junta, nome dado ao projeto, prevê a abertura de empresas com mais facilidade, desburocratizando o processo, conforme a atividade a ser estabelecida. Com a assinatura do documento, a tramitação de processos necessários para abertura de empresas e concessão de alvarás terá uma mudança. Os órgãos responsáveis pelo

processo como Prefeitura, Corpo de Bombeiros, estarão integrados em uma mesma rotina, facilitando assim a concessão quase automática do alvará dependendo do grau de risco do empreendimento.

Além do apoio técnico ao sistema de registros, a FECAM está dando orientação aos municípios sobre a necessidade de alterações na legislação referente ao grau de risco dos empreendimentos e capacitando as prefeituras na utilização do sistema e dos procedimentos que precisam sofrer mudanças para a melhor tramitação de processos, necessários para abertura de empresas e concessão de alvarás.



>> Assinatura do projeto Nova Junta

Auxílio na Captação de Recursos

O Escritório de Projetos da FECAM foi lançado neste início de 2014 para oferecer aos municípios um serviço de auxílio na elaboração de projetos para captação de recursos. Assim o escritório passa a ser uma estrutura de apoio

para as prefeituras, prestando suporte especializado aos municípios.

Segundo a coordenadora do setor, Marli Burato, o Escritório de Projetos funcionará por meio de parcerias entre a FECAM e as

Associações Municípios com o objetivo de disponibilizar apoio e suporte especializado para a formação de multiplicador de conhecimento para atuar nas políticas públicas instituídas pelas esferas do governo na Associação.

Municípios Catarinenses se preparam para a Marcha a Brasília

Entre os dias 12 e 15 de maio, prefeitos de todo país estarão reunidos em Brasília para a XVII Marcha de Prefeitos a Brasília, promovida pela Confederação Nacional dos Municípios - CNM, com o apoio das entidades municipalistas de todo país. O prefeito da FECAM, prefeito de Taió, Hugo Lembeck lidera a comitiva catarinense que busca soluções para o desequilíbrio das relações federativas com a maior parte da demanda de execução das políticas nos municípios e a concentração de recursos na União.

Os prefeitos catarinenses estão se organizando para participar da comitiva e apresentar ao governo federal e ao congresso as necessidades do estado. Assim como em anos anteriores, os gestores municipais serão recebidos por deputados e senadores no Parlamento Brasileiro, no dia 14 de maio. As reuniões de bancadas estão entre os momentos mais relevantes das Marchas. É a oportunidade para os prefeitos se reunirem com os parlamentares e apresentarem as reivindicações do movimento.

Neste ano, a FECAM leva para o debate as propostas que estão sendo discutidas durante as mobilizações da campanha Viva seu Município: como restituir o equilíbrio financeiro entre os entes federativos, repassando mais recursos aos municípios via FPM e compartilhando as contribuições não



partilhadas como Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL e sobre a Contribuição Financeira da Seguridade Social - COFINS.

Outra reivindicação do movimento municipalista catarinense é rever o Contexto Federativo prevendo a realização de um estudo para a revisão constitucional no que diz respeito à reforma política, à reforma do sistema tributário e à reforma do Estado Brasileiro - que visa à redução das despesas públicas referentes a custeio tanto no poder central como nos estados e municípios, além da descentralização da receita na União e a transferência dos

recursos para a execução das políticas públicas no município. Chegando, ao final de 10 anos, a uma partilha ideal de 45% de recursos na União, 25% nos estados e 30% nos municípios. Hoje a União detém 60% enquanto os mais de 5,5 mil municípios repartem 17%.

Marcha a Brasília - A Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios é uma mobilização democrática, realizada anualmente desde 1998, e tornou-se o maior evento político do Brasil, participam: prefeitos, secretários municipais, vereadores, senadores, governadores, parlamentares estaduais e federais, ministros e presidentes da República.

2º Fórum Nacional de Executivos das Entidades Municipalistas do Brasil



>> Primeiro Fórum foi em Florianópolis, em setembro de 2013

Paralelamente à XVII Marcha ocorre o 2º Fórum Nacional de Executivos das Entidades Municipalistas do Brasil, que

reúne representantes das entidades que integram o movimento municipalista de várias partes do país.

O encontro é uma iniciativa do Fórum 27, instituído em 27 de setembro de 2013, em Florianópolis, para estreitar relações entre os executivos e aproximar as ações articuladas em favor dos municípios. "O objetivo do Fórum é ser um espaço de discussão e um instrumento de apoio para os executivos que trabalham no movimento municipalista", explica o diretor de Articulação Institucional da FECAM, Celso Vedana,

presidente provisório do Grupo. A finalidade é aproximar os executivos das entidades municipalistas nacionais, estaduais e regionais para que haja troca de experiências de gestão, de organização técnica e de perfis de liderança.

Napauta do encontro, a apresentação da pesquisa realizada pelo Fórum 27 para definir o atual perfil dos executivos das entidades do movimento, a proposta de trabalho para 2014 além da apresentação de experiências exitosas das Federações e associações estaduais e regionais para proporcionar a troca de ideias.